

humanitas

Vol. XXIX-XXX

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA

MCMLXXVII-MCMLXXVIII

ARTHUR E. GORDON — **The inscribed fibula Praenestina.** *Problems of authenticity.* University of California Publications: Classical Studies: volume 16. Berkeley—Los Angeles—London, University of California Press, 1975. XII & 84 pp.

Uma novela policial não seria mais enredada nem mais desnordeante. Com este atractivo suplementar: a solução ainda está para vir. O texto latino mais antigo que se conhece será uma falsificação do século XIX? Vale a pena acompanhar, em arrumação independente, a caudalosa e redundante exposição do autor deste livro.

A existência da fíbula de Preneste foi revelada ao público, pela primeira vez, em 1887, por um arqueólogo de fama, Wolfgang Helbig, e um filólogo menos conhecido, Ferdinand Dümmler. Segundo a informação dos dois estudiosos, a jóia — uma ponteira de ouro de 11 cms. de comprimento e 33,8 grs. de peso, com uma inscrição de quatro palavras — provinha de um túmulo, não identificado, de Palestrina (Preneste), mas era do tipo das fíbulas sem inscrição encontradas nos túmulos Barberini e Bernardini, descobertos naquela cidade em 1855 e em 1876. O alfabeto utilizado no texto traçado na espora da fíbula deveria considerar-se sensivelmente anterior ao da inscrição do vaso de Duenos: pelo que esse texto representaria o monumento mais antigo da língua latina (século VI a. C.; mas hoje tende-se mesmo para o século VII a. C.). Posteriormente, Helbig acrescentou que a fíbula lhe fora mostrada, há pouco tempo, por um amigo, que a comprara, em Palestrina, em 1871, isto é, dezasseis anos antes da primeira revelação, e cinco anos antes do descobrimento do túmulo Bernardini.

Quem era esse amigo? Uma carta de 1900, do arqueólogo Georg Karo a Luigi Pigorini, o fundador da escola italiana de pré-história, permite supor que se tratava de um tal Martinetti, negociante de antiguidades, que adquirira a fíbula a um inominado *caporale* das escavações de Palestrina; este dissera-lhe que a jóia tinha sido roubada (quando? por quem?) de uma sepultura designada por «túmulo do Tesouro», que Karo identifica (mas hoje há mais cepticismo) com o túmulo Bernardini. Porque esperou Martinetti dezasseis anos para mostrar a fíbula a Helbig? Pode supor-se que quisesse proteger o *caporale* da acusação de roubo e a si próprio da de receptor do roubo; ou entrever-se que a fíbula pertencesse efectivamente ao espólio do túmulo Bernardini, descoberto em 1876, mas Martinetti inventasse a data de 1871 para desviar suspeitas e vender a jóia sem risco, depois de adquiridos pelo Estado os objectos encontrados na escavação; ou até imaginar que Martinetti e o *caporale* fossem instrumentos (conscientes ou inconscientes?) de uma hábil manobra de lançamento de uma peça falsificada no mercado. Helbig poderia não conhecer toda a verdade quando deu a primeira notícia da fíbula em 1887; alertado pelas dúvidas que exprimiu, no mesmo ano, sobre a genuinidade da inscrição, um professor de linguística da Universidade de Roma, Giacomo Lignana (poderia tratar-se de «una qualunque combinazione fatta secondo i risultati degli ultimi studi della grammatica storica del latino»), o arqueólogo alemão teria instado com Marinetti e concluído que, sob pena de perder úteis fontes de informação clandestina, lhe

não conviria regressar publicamente ao assunto: ter-se-ia limitado, por isso, a contar a Georg Karo uma parte da história. A carta deste parece não ter sido divulgada (até 1966, pelo menos, data em que Arthur Steinberg a utilizou), mas induziu Pigorini a solicitar a transferência da fíbula — adquirida entretanto (quando exactamente? a quem? por oferta? por compra?) pelo Museo Nazionale di Villa Giulia — para o Museo Preistorico (hoje dito também de Luigi Pigorini), onde ainda se encontra.

Depois de Lignana, um docente de paletnologia da Universidade de Roma, Giovanni Pinza, em 1905, e um professor de arqueologia da American Academy de Roma, C. Densmore Curtis, em 1919, exprimiram novamente dúvidas sobre a autenticidade da fíbula. O primeiro voltou à carga em 1925 (*Storia della civiltà latina*, I, p. 205), para declarar — já então de forma categórica — que a inscrição era devida «al dettato di dotti stranieri». E acrescentava em nota: «Persona degna della massima fiducia mi ha confidato il nome del lavorante orafo, non quello di chi dettò l'epigrafe inespertamente incisa su la staffa (l'orafo non era incisore).» A «pessoa da máxima confiança» era, como depois confessou, o ourives Augusto Castellani, perito altamente qualificado e coleccionador de jóias e vasos gregos e etruscos; embora falecido em 1914, Pinza preferiu então calar-lhe o nome, decerto para evitar que sobre a memória do experto ourives pudessem recair quaisquer suspeitas de participação no falso. Mas em 1932, procurado pelo linguista Vittore Pisani — que, em duas recensões a Devoto e em várias cartas ao autor deste livro, se mostra adverso à autenticidade da fíbula (ou, pelo menos, da inscrição) —, revelou que Augusto Castellani o exortara a não ocupar-se da jóia, porque se tratava de uma peça falsificada por um ourives cujo nome indicou (era «uma pessoa extravagante», conhecida, aliás, do próprio Pinza, que se escusou, no entanto, a citar o nome a Pisani, com o argumento de que se tratava de um segredo que Castellani lhe confiara). É inseguro, todavia, que Pinza — traumatizado por quatro anos de serviço militar durante a primeira Grande Guerra, por dissabores profissionais (em que teve larga parte a hostilidade de Pigorini) e até por dificuldades de subsistência — se tivesse exprimido com perfeita objectividade e lucidez (embora Pisani o tenha achado *compos mentis*, há informações contrárias de amigos e admiradores). Augusto Castellani pode ter dito apenas: «Não faça muito cabedal dessa fíbula. Pelo estilo, parece-me obra de Fulano; estou mesmo em dizer que é dele — mas não revele a minha opinião.» A ideia preconcebida de Pinza, a sua animosidade contra Pigorini (em cujo museu se encontrava a peça) teriam feito o resto. Não pode ignorar-se, por outro lado, que entre 1870 e 1890 havia em Roma numerosos ourives, de reconhecido talento, capazes de imitarem as peças antigas mais requintadas, e que efectivamente o faziam (entre eles, sobressaíam precisamente os Castellani: vários museus da Europa conservam as suas obras). Modelos, de resto, não faltavam: uma fíbula de ouro, inscrita, procedente de Vulcos, cerca de 1842; outra, serpentina e de ouro, também etrusca, encontrada em Clúcio e publicada em 1846; três, serpentinadas, de ouro, do túmulo Barberini (1855); outra, também serpentina e de ouro, muito semelhante à de Mânio, embora sem inscrição, do túmulo Bernardini (1876). Mas era possível, supondo coevas jóia e inscrição, forjar tal-qual, nos fins do século XIX, o texto que se lê na espora da fíbula? Por outras palavras: a favor da autenticidade, ou contra ela, que elementos de linguística histórica se podem invocar?

O texto — escrito, em caracteres gregos ou etruscos, da direita para a esquerda — diz, como se sabe, o seguinte: *Manios med fhefhaked Numasioi* (ou seja, em latim

clássico: *Manius me fecit Numerio* «Mânio me fez [me mandou fazer? sacrificou por meu intermédio?] para [a] Numério»). À parte a forma notável de algumas letras, a inscrição apresenta certas características raras ou mesmo únicas: 1) o movimento *sinistrorso* das letras, frequente em inscrições gregas muito antigas e normal nas etruscas, mas documentado apenas, para as latinas, pela dedicatória laviniense a Castor e Pólux e pelo vaso de Duenos; 2) o uso do dígrama FH por F, como no etrusco antigo e no venético; 3) o emprego do perfeito de redobro *fhefhaked*, em vez do perfeito clássico de alternância *fecit* (notar ainda: *a*) a separação, de que não há mais exemplos, da sílaba de redobro; *b*) a ausência de apofonia da vogal radical; *c*) o uso de *k* antes de *e*, quando tal letra costuma aparecer antes de *a* ou de consoante; *d*) a final *-ed* da terceira pessoa do singular do perfeito do indicativo, só atestada no vaso de Duenos); 4) a forma *Numasioi*, sem rotacismo nem apofonia, e munida da velha final *-oi* de dativo do singular; 5) a indicação, aparentemente única entre os exemplos de *tituli loquentes* (cf. *duenoi* na inscrição do vaso de Duenos?), da pessoa para quem a obra foi executada; 6) o uso de pontos múltiplos — dois, uma vez três — para separar palavras ou partes de palavra (caso de *fhe-fhaked*), encontrável em velhas inscrições gregas, comum nas etruscas, mas sem outro exemplo latino conhecido, salvo a inscrição do *lapis niger*.

Este acúmulo de raridades comporta obviamente duas interpretações — entre si contrastantes: é um paládio para os partidários da autenticidade da fíbula (já que, à primeira vista, boa parte dos factos registados parece estar fora do alcance de qualquer falsificador dos fins do século XIX); é um baluarte minado para os seus contraditores (que vêem no mostuário excesso de carga). Firme na sua oposição, Pisani (cartas de 18.2.1973 e 15.11.1973) entende que *fhefhaked* pode ter sido construído a partir de *fefacid*, que se lê no *Corpus inscriptionum Latinarum* de Fabretti (1867), «livro que os Castellani de certeza conservavam na sua mesa de trabalho»; que FH não passará de uma «espirituosa invenção», sugerida pelas discussões que precisamente naquela altura se travavam a propósito desse dígrama nas inscrições venéticas e etruscas; e que *Numasioi* procede das formas *Numsis*, *Numasis*, registadas em duas inscrições da *Appendice* de Gamurrini (1880), com o acrescento de uma final de dativo arcaico do tipo de *populoi-Romanoi* (Mário Vitorino). A operação parece demasiado delicada para ser atribuída aos Castellani, embora os irmãos Alessandro e Augusto, em que pensa Vittore Pisani, fossem muito doutos em textos gregos e latinos; mas importa realçar que as casas-palácios em que viveram (em Nápoles, em Roma) se haviam tornado locais de reunião de estudiosos italianos e estrangeiros das línguas, da história e da arte antigas: um destes, ou vários destes poderiam ter sido (até por simples desfastio) os autores da inscrição. Recorde-se que já em 1887 o linguista Giacomo Lignana aludia à possibilidade de «una qualunque combinazione fatta secondo i risultati degli ultimi studi della grammatica storica del latino»; e que em 1925 Pinza atribuía a inscrição «al dettato di dotti stranieri»...

Claro que esta suspeita levanta graves dificuldades: é embaraçoso, sobretudo, explicar como pôde ser introduzido na inscrição o dígrama FH, quando só Deecke em 1888, Lattes em 1890 e Pauli em 1891 registaram que tinha o valor de *f* em etrusco e venético (e todos parecem ter encontrado na fíbula de Preneste a confirmação das suas conjecturas). O autor do livro insiste com razão neste argumento. Mas as discussões sobre o assunto andavam no ar — como observa Pisani — e podem ter

chegado aos ouvidos do(s) falsificador(es) antes da publicação em letra de forma... Pauli, por sinal, esteve em Itália em 1885, isto é, dois anos antes da primeira notícia de Helbig e Dümmler sobre a fíbula. Teria sido visita dos Castellani? Não sabemos: mas, se ainda existem, os sete volumes de assinaturas («molte delle quali di primissimo ordine», atesta Mingazzini) — que Alfredo, filho de Augusto Castellani, se comprazia de exhibir — podem dizer alguma coisa a este respeito...

Em suma, o *pedigree* da fíbula prenestina é assaz modesto (embora não inferior ao de muitas outras peças famosas de museu...); e, bem feitas as contas, «the theory of authenticity seems to leave more questions unanswered than the theory of forgery» (p. 55). Mas antes de tomar uma posição conclusiva (Gordon inclina-se, apesar de tudo, para a autenticidade), convirá examinar tecnicamente a jóia, «determinar, se possível, a sua idade [...] e compará-la estilisticamente com outros objectos de reconhecida origem prenestina, bem como com objectos de ouro desenhados pelos irmãos Castellani e outros ourives do século XIX» (p. 60). O responso favorável (1975) de um perito de joalheria antiga como o Dr. A. Greifenhagen, dos Staatliche Museen preussischer Kulturbesitz (Antikenabteilung), é importante, mas — dado o carácter perfunctório do exame — não decisivo.

A novela policial fica à espera de novas peças: uma página de memórias de Pauli, o espólio secreto de Helbig, um apontamento de Martinetti, uma carta inédita dos Castellani, as inconfidências malignas de algum frequentador das suas casas, um rascunho desaproveitado de Pinza, o termo de aquisição da fíbula pelo Museo Nazionale di Villa Giulia... Num graveto de carvoaria se atea a chama que ilumina. Como dizia Sherlock Holmes ao Dr. Watson: «How often have I said to you that when you eliminated the impossible, whatever remains, however improbable, must be the truth?»

WALTER DE SOUSA MEDEIROS

MARIO BANDIERA — I frammenti del I libro degli «Annales» di Q. Ennio.

Riordinamento ed esegesi. Con prefazione di PIERO SANTINI. Firenze, Felice Le Monnier, 1978. XV & 111 pp.

A despeito do carácter fragmentário da sua transmissão, ou talvez por isso mesmo, os *Annales* de Ênio já mereceram, desde a príncipe de Robert e Henri Estienne (1564), as honras de três dezenas de edições, pelo menos, entre as quais sobressaem as de Colonna (1590), Merula (1595; actualizada por Spangenberg, 1825), Vahlen (1854, 21903), Müller (1885), Baehrens (1886), Valmaggi (1900), Steuart (1925) e Warmington (1935). Os contributos da crítica filológica nos últimos decénios (com relevo para Bierma, Norden, Waszink, Skutsch, Timpanaro, Scevola Mariotti, Cazzaniga, Ronconi e Grilli) tornaram urgente uma nova edição crítica do poema. Estimulado por um curso de Piero Santini, o seu discípulo Mario Bandiera resolveu trazer uma pedra de colaboração, modesta embora, para este edifício: tomou a seu cargo a «reordenação e esegese» do livro I.